

PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL	
Apelação Cível nº: 285890-2	Vara Única de Carnaíba
Apelante: Banco Santander "Brasil" S/A	
Apelado: Maria José da Cruz	
Relator: Des. Stênio Neiva Coêlho.	


EMENTA: APELAÇÃO CIVIL. EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. INEXISTÊNCIA. DESCONTO INDEVIDO. FALHA NO SERVIÇO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. DANOS MORAIS. DANO MATERIAL. REPETIÇÃO DE INDÉBITO.

1. Não comprovando o Banco demandado a existência de contratação pelo Apelado, que autorizou os descontos na conta corrente, resulta caracterizada a falha de serviço e a conduta ilícita, ensejando o dever de indenizar. Responsabilidade objetiva. Dano *in re ipsa*
2. Deve o autor/apelado ser ressarcido em dobro pelo que foi descontado indevidamente da sua conta corrente, conforme o art. 42, parágrafo único, do CDC, tendo em vista que a instituição financeira não apresentou qualquer documento que comprovasse a autorização para os referidos descontos.
3. Recurso de Apelação a que se nega provimento.

ACÓRDÃO

Visto, discutido e votado este recurso, ACORDAM os Desembargadores integrantes da PRIMEIRA Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, por unanimidade de votos, em **negar provimento ao Recurso de Apelação**, tudo nos termos do voto e notas taquigráficas anexas, que passam a fazer parte integrante deste aresto.

Recife, 24 de setembro de 2014.


Stênio Neiva Coêlho
Desembargador Relator



PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL	
Apelação Cível nº: 285890-2	Vara Única de Carnaíba
Apelante: Banco Santander "Brasil" S/A	
Apelado: Maria José da Cruz	
Relator: Des. Stênio Neiva Coêlho.	

RELATÓRIO

Trata-se de apelação cível interposta pelo Banco Santander "Brasil" S/A em face da sentença proferida pelo juízo da Vara Única de Carnaíba, que, nos autos da ação de declaração de inexistência de empréstimo consignado c/c indenização por danos morais e materiais, julgou procedentes os pedidos autorais, no sentido de que a instituição financeira demandada não comprovou devidamente a legalidade dos descontos realizados na conta corrente, portanto, configurado a falha na prestação do serviço, condenou ao pagamento de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) a título de danos morais, bem como a restituir, em dobro, os valores comprovadamente debitados.

Por fim, condenou a instituição financeira recorrente em honorários advocatícios fixados em R\$ 500,00 (quinhentos reais), nos termos do art. 20, §3º e §4º, do CPC.

Em suas razões, a apelante, preliminarmente, requer que seja conhecido o agravo retido. No mérito, pugna pela reforma da sentença, alegando, em síntese, que sua atuação foi pautada dentro da boa-fé e legalidade e que, portanto, não há que se falar em ato ilícito caracterizador de danos na esfera extrapatrimonial do autor, caso não seja esse o entendimento, pugna pela minoração da quantia em respeito aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade.

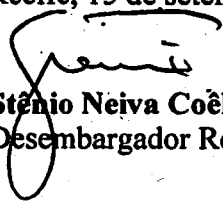
Devidamente intimado, o Apelado apresentou suas contrarrazões, advoga para que seja mantida a decisão combatida em todos os seus termos.

É o essencial a relatar.

Dispensada a remessa dos autos ao revisor, em virtude do valor da causa não ultrapassar a importância de 60 (sessenta) salários mínimos, tampouco envolver a questão em lide matéria de alta indagação, por aplicação analógica do art. 551, §3º do CPC, referendado pelo art. 76, parágrafo único, do RITJPE.

Inclua-se em pauta.

Recife, 15 de setembro de 2014.


Stênio Neiva Coêlho
Desembargador Relator

PRIMEIRA CAMARA CÍVEL	
Apelação Cível nº: 285890-2	Vara Única de Carnaíba
Apelante: Banco Santander "Brasil" S/A	
Apelado: Maria José da Cruz	
Relator: Des. Stênio Neiva Coêlho.	

VOTO

O cerne da questão consiste em saber se assiste direito indenizatório ao demandante que teve descontando indevidamente de sua conta corrente parcela relativa a empréstimo consignado realizado por terceiro falsário.

Entendo que não comprovando o Banco demandado a existência de contratação pelo Apelado, que autorizou os descontos na conta corrente, resulta caracterizada a falha de serviço e a conduta ilícita, ensejando o dever de indenizar.

Com efeito, é incontestável a aplicação do Código de Defesa do Consumidor nas operações realizadas pelas instituições financeiras (Súmula 297 do STJ). No entanto, a inversão do ônus da prova, pautada no art. 6º, VIII, do CDC, não se aplica automaticamente, mas a critério do juiz (*ope iudicis*), devendo, ainda, o consumidor demonstrar um lastro probatório mínimo que ateste a verossimilhança dos fatos narrados.

Destarte, é pacífico na jurisprudência o entendimento de que nas operações realizadas por instituições financeiras cabem a estas provar que não houve falha na prestação do serviço, pois não se aplicam apenas os princípios civilistas que regem a responsabilidade civil, devendo aplicar também a regra estabelecida pelo Código de Defesa do Consumidor que prevê a responsabilidade objetiva do prestador de serviços, dispondo, no entanto, em seu art. 14, § 3º, do CDC, de duas causas de exclusão da responsabilidade, senão vejamos:

- §3º. O fornecedor de serviços só não será responsabilizado quando provar:
- I – que, tendo prestado o serviço, o defeito inexiste .
 - II – a culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro.

Assim, tendo o Autor se insurgido contra os descontos indevidos, inclusive, por ter restado infrutífera a solução administrativa junto ao Banco demandado, mostra-se a verossimilhança das alegações.

Vale dizer, considerando que os descontos indevidos implicaram em redução do montante a que faz jus a apelante, não há como desconhecer a extremada preocupação e desconforto por ela experimentados, ao ver bruscamente alterada a sua rotina e consequentemente rompido o controle das despesas assumidas para o mês.

Assim, tendo sido o dano injusto efetivamente demonstrado, notadamente na esfera extrapatrimonial, pertinente se mostra a condenação em indenização pelos danos morais.

Neste sentido, é a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça:

DIREITO CIVIL. RESPONSABILIDADE CIVIL. COMPENSAÇÃO POR DANOS MORAIS. CABIMENTO. CONTRATO DE EMPRÉSTIMO. INEXISTÊNCIA. DESCONTOS INDEVIDOS DA CONTA CORRENTE. VALOR FIXADO. MINORAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE.

1. Como a formalização do suposto contrato de empréstimo consignado em folha de pagamento não foi demonstrada, a realização de descontos mensais indevidos, sob o pretexto de que essas quantias seriam referentes às parcelas do valor emprestado, dá ensejo à condenação por dano moral.

2. Esta Corte Superior somente deve intervir para diminuir o valor arbitrado a título de danos morais quando se evidenciar manifesto excesso do quantum, o que não ocorre na espécie. Precedentes.

3. Recurso especial não provido.

(STJ, REsp 1238935/RN, Terceira Turma, Ministra NANCY ANDRIGHI, Dje 28/04/2011) (Grifei)

Em recente julgado, o precedente deste Tribunal é da seguinte maneira, inclusive de minha relatoria:

EMENTA: APELAÇÃO CIVIL. DESCONTOS INDEVIDOS NA CONTA CORRENTE DA CONSUMIDORA. DANOS MORAIS E MATERIAIS. CONFIGURADOS. FALHA NO SERVIÇO. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO PROVIDO.

1. É pacífico na jurisprudência o entendimento de que nas operações realizadas por instituições financeiras cabem a estas provar que não houve falha na prestação do serviço, pois não se aplicam apenas os princípios civillistas que regem a responsabilidade civil, devendo aplicar também a regra estabelecida pelo Código de Defesa do Consumidor que prevê a responsabilidade objetiva do prestador de serviços (art. 14, § 3º, do CDC)

2. Desconto indevido nos vencimentos da autora, em virtude de suposto empréstimo consignado, sem que, ao menos, restasse comprovada qualquer contratação entre as partes. Dano in re ipsa. Valor dos danos morais em R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), pois compatível com os valores fixados por este Tribunal em casos semelhantes, em cotejo com os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.

3. No que tange ao dano material, a instituição financeira não apresentou qualquer documento que comprovasse a autorização para o empréstimo consignado por parte de sua cliente, havendo abuso do direito da cobrança e má-fé, capaz de ensejar na repetição do indébito pelo dobro do que indevidamente foi cobrado, de acordo com o regramento esculpido no art. 42, parágrafo único do CDC.

4. Recurso provido.

(TJPE, AC 0311033-2, Relator: Des. Stênio Neiva Coêlho, Quinta Câmara Cível, Data de Julgamento: 21/08/2013).

Em relação ao *quantum* indenizatório, este deve ser fixado em coerência com o dano efetivamente sofrido e com os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, além do seu caráter dissuasório, isto é, com o escopo de reprimir a reiteração da conduta, evitando-se, com isso, futuras lesões aos consumidores.

Desta feita, entendo que andou bem o Magistrado a quo ao fixar o valor dos danos morais em R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), pois compatível com os valores fixados por este Tribunal em casos semelhantes.

Da mesma forma, no que tange ao dano material, incensurável a decisão recorrida, devendo o autor, ora apelado, ser ressarcido em dobro pelo que foi descontado indevidamente da sua conta corrente, conforme o art. 42, parágrafo único, do CDC, tendo em vista que a instituição financeira não apresentou qualquer documento que comprovasse a autorização para os referidos descontos.

À luz de tais considerações, bem como em consonância com os elementos de convicção constantes nos autos, voto no sentido de **negar provimento** ao presente recurso de apelação.

É como Voto.

Recife, 23/09/2014

Stênio Neiva Coêlho
Desembargador Relator